

Economia Brasil

Ministérios divergem sobre como usar dinheiro da Light

Presidente garante 150 milhões para o Porto de Sepetiba

Sílvia Faria

• BRASÍLIA. Por determinação expressa do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Porto de Sepetiba receberá R\$ 150 milhões dos recursos obtidos com a venda da Light. Quanto ao restante do valor obtido com a privatização da empresa, o Governo federal vive um impasse. O Ministério da Fazenda, de um lado, e o de Minas e Energia, de outro, divergem sobre a aplicação dos restantes R\$ 1,180 bilhão em dinheiro e R\$ 680 milhões em títulos de privatização. Sem um acordo sobre como serão aplicados estes recursos, o Governo federal decidiu criar um grupo de trabalho interministerial para apresentar uma proposta em 15 dias.

Na quinta-feira passada, a Câmara de Infra-Estrutura e Reforma do Estado reuniu-se até tarde da noite, numa tentativa de decidir o destino dos recursos obtidos através da venda da Light, que foi a primeira privatização que rendeu somas efetivas para a União.

O ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, defendeu interesses da Eletrobrás, que propôs saldar dívidas junto ao Tesouro Nacional com os títulos de privatização e usar o dinheiro em investimentos no setor elétrico.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, apoiando posição da Secretaria do Tesouro, manteve-se irreduzível em direção oposta. Apresentou uma série de argumentos em defesa da transferência dos recursos para o Tesouro abater a dívida interna. O Ministério do Planejamento manteve-se numa posição intermediária, mais pendente para a Fazenda,

porém simpática ao uso de parte do dinheiro para fazer investimentos.

O Ministério da Fazenda argumentou que a Eletrobrás deve ao Tesouro Nacional cerca de R\$ 1 bilhão, referente à dívida externa assumida pela União e dividendos atrasados. Portanto, nada mais lógico de que a dívida seja saldada com recursos da venda da Light.

Se o dinheiro for repassado ao Tesouro Nacional, será abatida uma dívida de R\$ 1,3 bilhão, que custa R\$ 200 milhões de juros ao ano ao Governo.

Isso significa que, além de reduzir o endividamento, a União disporá de R\$ 200 milhões a mais para investir. Esse valor representa 8% do total de investimentos programados pelo Governo federal para todo o ano.

Investimentos do Governo no setor elétrico são descartados

Outro argumento apresentado pelo Ministério da Fazenda é que não tem sentido o Governo federal continuar investindo no setor elétrico, como pretende a Eletrobrás.

Segundo o Ministério da Fazenda, a decisão de privatizar o setor elétrico tem como um dos objetivos concentrar recursos na área social.

A proposta da Eletrobrás de pagar o Tesouro Nacional com moedas da privatização (ela tem R\$ 790 milhões, somando as vendas da Escelsa e Light) também foi rejeitada pelo Ministério da Fazenda.

O ministro Pedro Malan argumentou que se a concessão for feita à Eletrobras, todas as demais estatais que receberam

moedas de privatização — há R\$ 6 bilhões em poder das empresas públicas — vão querer tratamento igual. Pela lei da privatização, as empresas públicas não podem ter tratamento um privilegiado em relação às empresas do setor privado.

Ou seja, as empresas privadas poderiam usar R\$ 10,5 bilhões em moedas ainda em poder do mercado para pagar dívidas junto ao Tesouro.

Não é interesse do Tesouro Nacional, no entanto, antecipar a liquidação desses papéis, pois eles foram criados exatamente para servir como moeda de privatização, conforme estabelecido em lei.

A aplicação dos recursos da privatização é decidida caso a caso. Na lei que criou o Programa Nacional de Desestatização, estabeleceu-se a preferência pelo abatimento de dívidas, mas sem vedar outras utilizações.

Até a venda da Light todo o dinheiro obtido com a privatização foi usado pelo Tesouro Nacional para resgatar dívidas no mercado financeiro.

Segundo um ministro de Estado envolvido nas discussões sobre o tema, o desejo do presidente Fernando Henrique Cardoso é destinar parcela expressiva ao pagamento da dívida pública, mas sem deixar de aplicar outra parcela em investimentos na região onde a empresa que está sendo privatizada está localizada.

Sem recursos para investir, o presidente Fernando Henrique Cardoso quer aproveitar o caixa gerado pela privatização para viabilizar projetos de infra-estrutura. ■